

Além do nível do discurso

O DISCURSO com que o Presidente da República abriu a reunião de ontem do Ministério primou pela objetividade da análise retrospectiva, ao contrapor as conquistas econômicas e os avanços políticos inegáveis do primeiro biênio do Governo às frustrações, ambigüidades e perplexidade que se aguçaram ao longo dos meses deste ano. O discurso afina com as vicissitudes que o povo brasileiro viveu, entre 1985 e agora; e mostra que o Presidente Sarney tem suficiente consciência da necessidade de se inverter urgentemente o processo que levou esse povo, de um investimento quase incondicional de confiança nos governantes, ao atual retraimento, contrafeito e ressentido.

NEM SEMPRE, porém, equacionar adequadamente um problema é já começar a resolvê-lo. Por isso, o Presidente cuidou de deixar firmadas, para o Ministério, diretrizes enérgicas de cuja observância escrupulosa dependerá encontrar um futuro que seja saída real do impasse presente. Encontrar um futuro e despotencializar a angústia em tempo hábil a que se cumpra o voto do Presidente Sarney: "1987 não vai perdurar; também vai passar".

A COMPREENSÃO das diretrizes do Presidente não exige esforço algum de inteligência; nem seu cumprimento, genialidade administrativa. Porque são as diretrizes do bom senso, a que

só faltará credibilidade na sociedade civil, se no Governo não ultrapassarem o nível do discurso. E eis aí o transe crucial a logo vencer.

O POVO está pronto a aplaudir — porque está ainda na esperança de vê-lo — um basta definitivo "centavo por centavo" nos gastos públicos supérfluos. O povo gostaria de ter notícia constante de Ministros que determinam e cobram "rigoroso controle das despesas de custeio de órgãos sob sua responsabilidade" e tem sensibilidade para perceber que "cada cruzado ganho no custeio é cruzado ganho para os investimentos de que o País tanto precisa".

ALINHADOS no combate à inflação, na inconformidade com remarcações abusivas de preços e com altas especulativas de juros todos estarão, sem discriminação entre partidos, ideologias e condições sociais. Falta mostrar-lhes agora, de maneira tanto mais convincente quanto mais escaldados saíram da experiência de um passado recente, quando e como "todos os meios, preventivos e punitivos, serão energicamente acionados" para coibir tais práticas.

HÁ UMA quase unanimidade nacional em torno da manutenção dos incentivos regionais, quando for evidente que deles surgirá a redução dos desequilíbrios internos do País, ou mais ampla distribuição da renda na-

cional. A caderneta de poupança, também, já se fez hábito salutar da população — o número de cadernetas quase se nivela com nosso progresso em número de eleitores —, para que se reconheça de antemão o bem fundado da intenção do Governo de garanti-la. E esse hábito se amplia em expectativa de revitalização de mecanismos de captação da poupança, como as Bolsas de Valores.

UM GOVERNO, porém, tão corretamente cioso de seu papel de criador de expectativas, para incentivo à poupança e ao investimento de capitais, mais ainda precisará de ser criterioso em sua própria administração; do contrário, desfará com uma mão o que tiver começado a fazer com a outra. Um Governo que inibe o desperdício no custeio tem que se munir de lucidez exemplar na aplicação dos ganhos.

SOARIA falso dizer que "devemos economizar, em todos os níveis" e simultaneamente alocar recursos vultuosíssimos para grandes obras cujo momento muito provavelmente ainda não terá chegado.

NÃO É pelo impacto que se vence a adversidade econômica; é pelo recurso à sagacidade e ao bom critério. E o critério da convivência política e da paz social, duramente alcançadas, é capital que não pode ser arriscado sob pretexto algum.